

ESCRAVIDÃO NO ISLÃ: FUNÇÕES E SIGNIFICAÇÕES DO ESCRAVO NA SOCIEDADE MUÇULMANA

Cássio Ricardo Hipólito da Silva Campos¹

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo o estudo das funções e significações do escravo em sociedades de maioria muçulmana, buscando entender o processo de escravização normatizado pela religião islâmica. A análise deste tema foi feita na dimensão da história social, buscando uma abordagem da escravidão como fenômeno social e cultural dentro das sociedades que compõem o Mundo Muçulmano. Foram analisados os aspectos sociais, políticos, econômicos, culturais e religiosos que compunham o processo de escravização nestas sociedades. O escravo tinha basicamente funções domésticas, militares e administrativas, algumas vezes alcançando cargos de alta importância. Apenas os não muçulmanos poderiam ser escravizados, e a lei islâmica exigia que fossem tratados com bondade. Estes escravos forneceram a força de trabalho fundamental à expansão e manutenção do império islâmico – além de serem alguns dos principais elementos que contribuíram para sua descentralização política.

Palavras-chaves: Islã – Escravidão - História Social – Muçulmano - Escravo

ABSTRACT

The present article aims to study the functions and meanings of slavery in Muslim majority societies, seeking to understand the process of enslavement regulated by the Islamic religion. The analysis of this issue was made in dimension of social history, seeking an approach to slavery as a social and cultural phenomenon within societies that make up the Muslim World. Were analyzed the social, political, economic, cultural and religious aspects that made the process of enslavement in these societies. The slave had basically domestic duties, military and administrative positions, sometimes reaching high importance. Only not Muslims could be enslaved, and Islamic law demands that they be treated with kindness. These slaves provided the labor force essential to the maintenance and expansion of the Islamic empire - besides being some of the key elements that contributed to its decentralization politic.

Key-words: Islam - Slavery - Social History – Muslim - Slave

¹ Mestrando em História pela Universidade Federal Fluminense

Introdução

A religião Islâmica surge na Península Arábica através de seu profeta Muhammad (Maomé) no início do século VII. Segundo esta tradição, o anjo Gabriel teria revelado a ele a palavra de *Allah*², seus desejos e leis aos homens. Maomé começa a pregar a nova religião, chamada Islamismo, e seus seguidores são os muçulmanos³. Durante o resto de sua vida, o profeta dissemina os preceitos desta nova religião, “que transbordou num veloz e triunfante expansionismo militar” (COSTA E SILVA, 2002, p. 26), conquistando diversos territórios e povos. O crescente número de conversões, aliado aos despojos obtidos nas batalhas criariam um verdadeiro império islâmico.

Anos depois da morte de Muhammad, uma compilação das revelações do anjo Gabriel foi encomendada pelo califa Uthman, dando origem ao que conhecemos hoje como o Alcorão⁴. Este livro versa sobre diversos aspectos da vida religiosa e secular, como a relação de Deus com os homens, questões morais, de organização social e jurídica. São contempladas as relações comerciais, de matrimônio, paternidade, herança, sucessão, propriedade, gênero, etc., além do que interessa essencialmente a este estudo: a maneira correta do muçulmano tratar seus escravos.

O islã é uma religião (*din*), com tudo o que este termo implica (crença, ritual, normas, consolação etc.), ao mesmo tempo em que é uma comunidade (*umma*) e um modo de viver ou tradição (*sunna*) que regulariza todos os aspectos da vida: o indivíduo e as etapas do seu desenvolvimento; a educação; as relações entre homens e mulheres; a vida familiar e comunal; o comércio e o governo, a justiça e a filosofia (DEMANT, 2013, p.35).

A escravidão muito contribuiu para a ascensão do Islã, pois sem ela as elites árabes não conseguiriam obter a mão de obra necessária para sua sobrevivência e expansão (PATTERSON, 2008). O regime escravista nas sociedades muçulmanas tem como peculiaridade o fato de alguns cativos ocuparem cargos cruciais em funções administrativas, militares e culturais. Diferentemente da escravidão promovida pelos europeus na América, os escravos não eram a base da economia: “a escravidão nas terras islâmicas era mais doméstica do que econômica (...)”

² É importante compreender que a palavra *Allah* significa “Deus” em árabe. Portanto, judeus e cristãos que utilizem o árabe como sua língua nativa se referem a Deus com a palavra *Allah*.

³ Islã e muçulmanos vêm do mesmo radical linguístico árabe, que significa “submissão” (a Deus).

⁴ Como os ensinamentos contidos no Alcorão foram ditados pelo anjo ao profeta (que era analfabeto), e este e seus seguidores os transmitiram oralmente, o livro que surgiu a partir de fragmentos escritos por pessoas que os ouviam e registravam suas falas recebeu o nome *Al Qur'an*, ou seja, “A recitação”.

(LEWIS, 1996, p.189). Este tema apresenta relevância científica e social, pois trata do estudo de sociedades praticantes de “uma das formas de relação de dominação mais extremas” (PATTERSON, 2008, p.19): a escravidão. Esta questão no contexto islâmico foi escolhida por sua importância e peculiaridades, acreditando que é possível, através desses estudos, desconstruir paradigmas associados à escravidão.

Para dar prosseguimento a este estudo, se faz necessário o entendimento do conceito de “Mundo Muçulmano”, termo amplamente empregado nesta temática. Durante todo o século VII, diversas regiões foram anexadas ao império islâmico e embora os povos desses lugares não fossem obrigados a se converter, os que o fizeram obtiveram vantagens nessas sociedades. As elites eram as primeiras a se islamizar e adotar a cultura árabe como forma de obter status e colocações importantes. Aos poucos a população dos territórios conquistados aderiu aos modos de sua elite, com o objetivo de melhor se adequar à nova realidade. O árabe⁵ se torna a língua oficial do comércio e da burocracia nessas regiões, facilitando as relações entre elas.

É verdade que alguns povos anexados não adotaram por completo a identidade ou a língua árabe: Caso da Pérsia, que viria a ser o Irã, e dos turcos em Constantinopla, que seria a atual Istambul, na Turquia. O certo é que todos esses lugares se amalgamaram por conta da fé islâmica - mesmo seguindo distintas correntes doutrinárias – e/ou através de relações comerciais e culturais que as aproximavam. Este fato facilitava “a movimentação de exércitos, mercadores, artesãos, estudiosos e peregrinos” entre essas regiões, “e também a de ideias, estilos e técnicas” (HOURANI, 2009, p.71). Podemos, então, compreender o “Mundo Muçulmano” como todas as regiões e povos de maioria islâmica que, apesar de estarem fora do Oriente Médio, não utilizam o árabe como principal idioma e nem pertencem ao povo árabe, mas mantêm uma coesão cultural e religiosa que permite serem analisados em um mesmo contexto (HOURANI, 2009). Sendo assim, o Mundo Muçulmano (Ver anexo 1) se estenderia geograficamente do Norte da África, em países como o Marrocos e a Mauritânia até o Egito, passando pelo Oriente médio (Anexo 2), Ásia e subcontinente indiano, terminando na Indonésia.

Durante os estudos preliminares para o desenvolvimento deste artigo, foi observado a falta de conhecimento e o desenvolvimento de um senso comum

⁵ O árabe foi a língua utilizada pelo anjo Gabriel para transmitir a palavra de Deus a Muhammad.

muitas vezes equivocado por parte do grande público em relação ao mundo muçulmano. Através de pesquisas, foi percebido que mesmo entre os acadêmicos brasileiros há uma carência de informações acerca de aspectos das sociedades islâmicas, que não se detêm à escravidão, mas a todo seu contexto.

Alguns estudos relacionados ao tema escravidão no Mundo Muçulmano têm sido desenvolvidos recentemente. Cairus (2003) analisa no artigo *Instrumentum vocale, mallams e alufás* a escravidão nos primórdios do Islã, assim como os debates travados entre pensadores e juristas da escola *Malikita*⁶ sobre o paradigma de quem poderia ser classificado como muçulmano ou não, já que o fiel ao Islã não poderia ser escravizado. Ele também descreve a influência muçulmana trazida ao Brasil pelos escravos africanos “islamizados” (fato que podemos constatar na revolta dos Malês em 1835). Vindos de diferentes partes da África Ocidental, estes cativos seriam letrados e mais bem organizados politicamente devido ao seu contato com a religião muçulmana em África.

El Hamel (2004) trabalha em *Raça, escravidão e islã no Marrocos* o tema escravidão de forma mais específica geograficamente, identificando sua prática na região do *Magreb* que seria o atual Marrocos. Aspectos políticos, sociais, culturais e econômicos são analisados de forma a compreender o sincretismo entre a cultura local e a religião islâmica que moldou a prática da escravidão. Segundo o autor, houve influência mútua entre escravos (que via de regra eram trazidos de terras estrangeiras) e senhores na construção da sociedade marroquina islamizada.

Warner (2010) trata em *Lei Islâmica (Sharia) para os não muçulmanos* de diversos aspectos da lei islâmica, como o status da mulher, dos escravos e do *Kafir* (não muçulmano), analisados sempre através de uma ótica negativa pelo autor. Ele acusa os muçulmanos de quererem impor suas leis em nações não islâmicas, utilizando de bandeiras “antirracistas” e em defesa de “minorias”. Tal atitude teria na realidade o intuito de islamizar aos poucos os estados onde a *Sharia*⁷ não tem alcance.

O presente artigo pretende contribuir às pesquisas do campo de estudo apresentado abordando a escravidão no Mundo Muçulmano como fenômeno cultural, social e regulamentado por uma lei com bases teológicas (a *Sharia*). A

⁶ A mais antiga escola clássica de interpretação corânica fundada por Maliki Ibn Anas. Os *Malikitas* alteraram o direito alegado pelos califas Omíadas de fazer leis sem referências ao Alcorão.

⁷ A *Sharia* pode ser entendida com a “lei islâmica”. Existiam diversas escolas de pensamento jurídico que influenciaram profundamente as mais diversas esferas da sociedade nos Estados islâmicos.

intenção é mostrar que, mesmo se baseando em livros considerados perfeitos e imutáveis pelos muçulmanos, a forma, os efeitos práticos e os objetivos da escravidão apresentam variações decorrentes da cultura, das necessidades ou das intenções de quem a pratica. O recorte temporal escolhido para este trabalho contempla o surgimento do Islã no século VII, passando pela descentralização política do Califado no século X e termina com o fim da dinastia Abássida no século XIII.

Embora seja um tema de crescente interesse do público e cada vez mais estudado na comunidade científica internacional, o mundo muçulmano permanece pouco explorado por pesquisadores brasileiros, o que torna relevante o presente estudo dessas comunidades amalgamadas pela fé islâmica. A presença muçulmana ficou mais evidente, de forma negativa, depois dos atentados às torres gêmeas do *World Trade Center*, em setembro de 2001. O Vaticano anunciou em 2008 que o número de muçulmanos já ultrapassa o número de católicos, ressaltando o grande crescimento do Islã em comparação à estabilização de católicos no mundo (PINTO, 2010).

Este trabalho se insere no campo da História Social, uma vez que propõe uma abordagem das sociedades muçulmanas e suas relações com o processo de escravização como fenômeno social e cultural, mediado pela religião islâmica e suas correntes de interpretação. São de interesse desse estudo as significações e funções do escravo nas sociedades muçulmanas, levando em conta suas próprias características culturais e necessidades naquele momento histórico específico. Esta análise não tratará do Islã enquanto verdade teológica, mas sim como fruto da pluralidade de tradições sociais e processos históricos em diversas comunidades islâmicas.

A pesquisa foi desenvolvida com base bibliográfica. Serão utilizadas fontes secundárias na sua maioria, devido à escassez de fontes primárias. Essas são majoritariamente escritas em árabe. A única exceção é o Alcorão por ser uma fonte primária amplamente traduzida em diversos idiomas.

Em *Uma história dos povos árabes*, Hourani trabalha com “a história das regiões de língua árabe do mundo muçulmano” (HOURANI, 2006, p. 9) desde o surgimento do Islã com Muhammad até meados do século XX. Segundo o autor, às vezes é necessário ir além das fronteiras e dos temas previamente estabelecidos para obter uma análise global.

Alberto da Costa e Silva (2002) trata especificamente do regime escravista promovido pelos muçulmanos desde o surgimento da religião até o século XV; analisa inúmeras referências religiosas contidas no Alcorão ao trato de escravos e aponta o surgimento e a difusão do islamismo como motor responsável pela geração de um comércio de pessoas em escala até então jamais vista. Para o autor, o islamismo melhorou a condição do escravo nas regiões em que vigorava.

Patterson (2008) se propõe a analisar comparativamente 66 sociedades escravistas em diversos espaços físicos e temporais, desenvolvendo a ideia de que toda sociedade conhecida praticou a escravidão em algum momento de sua história. O conceito de “morte social” criado pelo autor é interessante: o escravo, desenraizado de sua terra, morre como homem livre e é reintroduzido em uma nova cultura, na qual é um morto social, podendo apenas nela existir através de seu senhor. No que toca aos interesses deste estudo, foram utilizadas referências a sistemas escravistas no Oriente Médio pré-islâmico e em regiões de maioria muçulmana do século VII até o fim da idade média cristã.

O Alcorão é uma obra que pode ser considerada fonte primária neste trabalho. Escrito no século VII, sendo fruto, segundo a crença islâmica, de revelação divina ao profeta Muhammad. Este livro influenciou e, ainda hoje, influencia a vida de milhões de pessoas ao redor do mundo. O estudo de trechos do livro sagrado dos muçulmanos é relevante para a análise global do escravo nas sociedades de maioria muçulmana, pois ele versa sobre diversos aspectos que envolvem o cativo: políticos, econômicos, sociais e espirituais. Segundo o Corão, o escravo deve ser tratado com bondade. A escravidão seria apenas um meio de trazer a verdade divina ao infiel (já que apenas o *Kafir* - um não muçulmano - poderia ser escravizado). Para o Islã, é extremamente recomendável libertar o escravo depois de um tempo se ele estiver devidamente convertido.

Dos primeiros anos à expansão do império

O período pré-islâmico já conhecia o comércio de cativos há muito séculos. A Península Arábica era um importante centro de mercadorias, mantendo diversos entrepostos comerciais e mobilizando uma grande quantidade de pessoas em torno desta atividade. O próprio Muhammad era um comerciante na cidade de Meca que, já “no século VI, havia se tornado a principal cidade da Península Arábica,

concentrando as rotas das caravanas que ligavam os portos do lêmén e do Golfo Pérsico às regiões centrais dos impérios Bizantino e Sassânida” (PINTO, 2011, p.39).

Meca também era um importante centro de peregrinação “graças à presença de uma profusão de deidades em torno de uma pedra negra – um meteorito de 30 centímetros de diâmetro, reverenciado como sagrado, junto ao qual mais tarde se ergueria uma construção em forma de cubo, a *Caaba* (...)” (DEMANT, 2013, p.24). A maioria da população árabe neste período era politeísta, existindo também um número expressivo de judeus e cristãos.

Muhammad pertencia a um ramo com pouco poder da tribo *Quraysh* (Coraixita), clã que “dominava Meca e controlava a *Caaba*, lucrando bastante com a peregrinação anual” (PINTO, 2011, p.39). No ano de 610, o profeta recebe as primeiras de sucessivas revelações do anjo, pregando primeiro para amigos e parentes. Posteriormente, ele espalha a mensagem divina em pregações públicas, clamando a existência não de vários mas de apenas um Deus (*Allah*), único e supremo. Em pouco tempo, formam-se em torno dele os primeiros crentes: “alguns membros jovens das influentes famílias coraixitas, alguns membros de famílias menores, clientes de outras tribos que se haviam posto sob a proteção dos coraixitas, e alguns artesãos e *escravos*” (HOURANI, 2006, p.36).

A pregação monoteísta a *Allah* não era boa para os negócios da elite coraixita, que via a peregrinação a *Caaba* ameaçada pela denúncia do culto aos ídolos feita por Muhammad. Ele começa a ser ameaçado e perseguido por membros poderosos dos clãs de Meca. O profeta decide então abandonar sua cidade natal e partir com seus seguidores para *Yatrib*, cidade conhecida posteriormente como Medina. Essa partida, que aconteceu em 622, ficou conhecida com *Hijra* (Hégira) e inaugura não só o calendário, mas o início da expansão muçulmana. Muhammad também enfrenta forte oposição em Medina, e aos pouco vai impondo sua superioridade militar. Seguindo os preceitos islâmicos, o profeta reorganiza a cidade no que se pode considerar o primeiro estado muçulmano. Cada vez mais tribos se aliavam a ele e aceitavam sua fé

Os derrotados foram expulsos, exterminados ou convertidos, enquanto os novos fiéis se comprometeram a realizar uma guerra de expansão do Islã. Desse modo, a maioria das tribos foi devidamente integrada à comunidade muçulmana, ainda durante a vida do Profeta, que insistiu em substituir as tradicionais solidariedades tribais por religiosas (DEMANT, 2013, p.26).

Logo os muçulmanos de Medina retornam a Meca e derrotam os coraixitas. A *Caaba* é limpa de todas as estatuetas pagãs. Meca, dali em diante, seria a cidade dedicada ao culto do Deus único. Partindo dessas duas cidades, a nova religião rapidamente domina a península Arábica.

Essa expansão eram movida pela *Jihad*, que pode ser entendida nesse contexto como a luta armada contra o infiel, visando alargar os territórios sob a lei islâmica e o governos dos fiéis⁸. Durante as primeiras décadas do Islã, os escravos trabalhavam em campos e nas vilas para sustentar seus senhores, que tinham como principal atividade a guerra, visando à expansão militar dos domínios muçulmanos. A *Jihad* era obrigação de todo crente, que deveria matar ou escravizar os pagãos que viviam nas terras conquistadas.

Sabemos que “Muhammad e seus seguidores aceitavam a existência da escravidão como parte da ordem social” (PATTERSON, 2008, p.323). O profeta teve muitos escravos, dando e recebendo alguns deles como presentes a governantes vassalos e/ou a seus generais (WARNER, 2010). Este era um costume muito anterior ao Islã, sendo incorporado e potencializado pela expansão muçulmana. “O Alcorão não justifica nem condena a escravidão. Tem-na como natural” (COSTA E SILVA, 2002, p.32).

A escravidão promovida pelos muçulmanos neste período expansionista tem, em tese, um caráter expiatório para o cativo. Aquele que não se converteu ao primeiro chamado teria a “oportunidade” de conhecer – à força – o verdadeiro Deus.

Só como escravo – e, por isso o ato de escravizar era um ato pio, quase obrigação do homem de verdadeira fé – poderia endereçar-se à salvação aquele que não se converteu ao primeiro chamado. O *Jihad* contribuía, assim, para purificar o mundo, eliminando fisicamente o infiel, ou lhe arrancando, pela escravização, a existência legal ou moral (COSTA E SILVA, 2002, p.33).

Muitos autores, como Costa e Silva (2002) e Demant (2013), concordam com a afirmação de que o islamismo melhorou muito a condição do escravo nas sociedades em que se instalava. Nenhuma pessoa poderia ser escravizada por dívida, crime ou indigência. Segundo o Alcorão, um muçulmano não poderia escravizar outro muçulmano. Judeus e Cristãos também não poderiam ser

⁸ A segunda conotação de *Jihad* se refere ao autocontrole que todo muçulmano deve buscar, refutando as tentações seculares que possam abalar sua fé ou desviá-lo da conduta correta.

escravizados, pois compartilhavam do mesmo ancestral religioso, Abraão. Eles são chamados de “Adeptos do Livro”, já que também receberam as escrituras sagradas diretamente de Deus, deturpando, porém, seus mandamentos ao longo do tempo. “Escravo era quem nascia nessa condição ou era a ela reduzido em guerra santa. Ou, ainda, quem era importado de terras de infiéis” (COSTA E SILVA, 2002, p.32).

A *Sharia* determina que o senhor seja obrigado a alimentar e vestir seu escravo, dando-lhe abrigo e poupando-o de trabalhos excessivos. Podemos constatar em passagens do livro sagrado dos muçulmanos, ordens expressas que determinam o bom trato ao escravo:

E adorais Deus e não Lhe associeis outros deuses. Sede bondoso para com vossos pais, vossos parentes, os órfãos, os necessitados, os vizinhos, quer aparentados ou não, os companheiros, os viajantes e os escravos. Deus não ama os presunçosos e os soberbos (Alcorão, IV, 36) ⁹.

A manumissão do escravo, uma vez convertido, era um ato louvável. Liberá-lo era encarado como parte do cumprimento do *zakat*, entendido como “caridade” ou “esmola”, preceito que integrava “os cinco pilares” da fé¹⁰ muçulmana (HOURANI, 2006, p.202). Podemos encontrar algumas passagens do Alcorão que evidenciam a importância da manumissão de cativos: “Os donativos pertencem aos pobres, aos necessitados, aos viajantes, aos neófitos. Destinam-se a libertar os cativos e os devedores, e a promover a causa de Deus (...)” (IX, 60); “(...) Quanto a vossos escravos que solicitam uma proclamação de liberação, concedei-lhas se sabeis que há bem neles, e gratificai-os com algo dos bens que Deus vos outorgou (...)” (XXIV, 33). Embora a manumissão entre vivos fosse encorajada, a alforria testamentária era amplamente recomendada, pois era bom para a alma do senhor morto libertar seus cativos.

Dinastias califais e a descentralização política

Muhammad não deixa herdeiros masculinos quando morre em 632. Depois de um momento de confusão entre seus seguidores, Abu Bakr (632-634) é escolhido para ser o sucessor do profeta, tornando-se o primeiro Califa¹¹. Bakr estava entre os

⁹ O algarismo romano se refere à *sura* (capítulo) e o indo arábico, ao versículo no Alcorão.

¹⁰ Os outros quatro pilares são: a profissão de fé (*shahada*), as cinco orações diárias (*salat*), o jejum durante o mês sagrado do Ramadã (*sawm*) e a peregrinação a Meca (*hajj*).

¹¹ O califa não é um profeta; não recebe nenhum tipo de orientação divina. É apenas o líder da comunidade muçulmana (*umma*).

primeiros convertidos, e sua filha 'A'isha era esposa de Maomé. Com a morte do profeta, acordos pessoais que esse havia feito com líderes tribais árabes e com povos fronteiriços submetidos ameaçavam se romper. Isso fez com que Abu Bakr criasse um exército e, assim como seus sucessores, enviasse expedições militares contra as terras fronteiriças do império, que não ofereceram grande resistência. Este novo exército acaba adentrando e conquistando os próprios impérios fronteiriços, que agora integram o que se tornaria o império islâmico.

No fim do reinado do segundo califa, Umar ibn 'Abd al-Khattab (634-644), toda a Arábia, parte do Império Sassânida, e a província Síria e a egípcia do império Bizantino haviam sido conquistadas; o resto das terras Sassânidas foi ocupado logo depois (HOURANI, 2006, p. 44).

O processo de islamização e conquista do último Império Persa sob a dinastia Sassânida foi completado no governo do terceiro califa, Uthman ibn Affan (644-656). Nesse período, os árabes já recebiam escravos como tributo de regiões limítrofes. Os núbios, através de uma paz negociada, deveriam entregar anualmente 360 dos seus melhores cativos aos muçulmanos (PATTERSON, 2008).

A rápida expansão militar promovida pelo *Jihad* proporcionou enriquecimento e poder àqueles que a ela aderiam. O êxito crescente por parte dos *mujahidin*¹² aumentou consideravelmente o número de escravos e escravas. Esses começaram a ser empregados nas mais diversas funções, atendendo às necessidades de “uma aristocracia em formação, que abandonava as tendas e os acampamentos militares e construía alcáceres, palacetes e mansões, enquanto aumentava o tamanho de seus serralhos” (COSTA E SILVA, 2002, p.33).

As diferenças sociais começaram a ficar cada vez mais evidentes entre os muçulmanos, visto que as riquezas fluíam para as famílias árabes mais favorecidas. Quando o quarto califa, Ali ibn Abi Talib assumiu o império em 656, a competição pelo poder se acirrara. Sua autoridade é contestada por Mu'awiyya, então governador da Síria. Uma guerra civil acontece e Ali acaba assassinado em 661. Mu'awiyya assume o poder, fundando a primeira dinastia califal, a dos Omíadas (661-750). A capital da mais nova potência mundial é transferida de Medina para Damasco.

A maioria dos muçulmanos aceitou Mu'awiyya como califa pacificador. Porém, Ali ainda mantinha seguidores leais, que viam o novo governante como um

¹² Nome atribuído aqueles que combatiam na *Jihad*.

usurpador. Eles formavam a facção ou partido de Ali (*shi'a*), de onde surgem os xiitas, grupo que insiste na legalidade da liderança apenas dos descendentes do profeta¹³. Quando Mu'awiyya é sucedido por seu filho Yazid, a nova forma hereditária de sucessão é consagrada. Neste momento acontece um levante xiita sob a liderança de Hussein, filho de Ali, que reivindica o califado. A rebelião é esmagada e Hussein, morto na batalha de Karbala, no Iraque. Desse modo, o poder dos Omíadas é consolidado, tornando-se os seguidores da tradição (*sunna*). Aqueles que os apoiaram – a esmagadora maioria dos muçulmanos – é conhecida como sunita.

De 661 até 750, a dinastia Omíada governou um império que se expandia da Espanha até o rio Indo. Para o ainda jovem Mundo Muçulmano, esse foi um período de transição de uma comunidade religiosa para um estado centralizado (DEMANT, 2013, p.40).

Zoroastras¹⁴, cristãos e judeus que habitavam as terras conquistadas não eram obrigados a se converter durante os primeiros anos da centralização Omíada. Viviam na comunidade muçulmana (*umma*) como protegidos (*dhimmis*): cidadãos de segunda classe que podiam professar a sua fé com algumas restrições. Eram obrigados a se desmilitarizar e a pagar um imposto individual como símbolo da primazia do Islã, além de usar roupas específicas que os identificavam, marcando sua inferioridade. Aos poucos os *dhimmis* foram se convertendo e a comunidade muçulmana, aumentando. Percebendo que o poder político era monopolizado pelos árabes muçulmanos, diversos protegidos aceitavam a fé islâmica visando usufruir desse poder. “Muitos persas se converteram ao Islã, e logo começaram a participar da cultura e a entrar na própria administração do Império Muçulmano” (DEMANT, 2013, p.43). Porém, os recém convertidos não eram munidos do mesmo prestígio que os árabes, sendo obrigados a se vincularem às tribos mais antigas, ocupando posições inferiores, clientelistas. Para os outros povos que habitavam as terras conquistadas, pagãos ou idólatras, só havia um destino: a escravidão.

Como, porém, a expansão árabe deu-se, em seu primeiro século, sobretudo às expensas de Bizâncio e da Pérsia, e, portanto, sobre territórios habitados por povos de convicção cristã, mosaica ou zoroastriana, o número de escravos obtidos quase nunca correspondia às expectativas do califa e dos que mandavam em seu nome (COSTA E SILVA, 2002, p.34).

¹³ Ali era genro e primo distante de Muhammad.

¹⁴ O Zoroastrismo era um antigo sistema religioso-filosófico fundado no século VI a.C. por seu profeta mítico Zaratustra (Zoroastro ou Zoraster). Esse sistema vigorava no Império Persa antes da expansão muçulmana.

Foram retirados, às centenas, escravos das tribos nômades berberes por ocasião da conquista do norte da África. Eram desejadas, sobretudo, mulheres jovens para compor os haréns e meninos jovens para se integrarem aos exércitos. Esse conjunto de povos que falava a língua berbere estava disperso pelo *Magreb* (Norte da África), onde alguns já praticavam o comércio. Ainda no século VII, e principalmente na primeira metade do VIII, os berberes já islamizados deixaram a condição de escravizados e criaram rotas comerciais no norte da África, que iam do atual Marrocos até o Sudão, iniciando o tráfico de cativos em longa distância (COSTA E SILVA, 2002). Segundo Demant (2013), a islamização da África “se difundiu mais pelo comércio, pela migração e pela influência pessoal de professores e místicos do que propriamente pela conquista militar”. Nos séculos XI e XII, os berberes criaram dinastias próprias, dos Almorávidas e dos Almóadas, que se estenderiam até a Espanha. A mudança da condição de escravos para senhores dinásticos não é incomum na história dos povos muçulmanos, como veremos mais adiante.

A dinastia Omíada encontrou dificuldades para administrar o enorme e ainda crescente império muçulmano. O califa acaba se distanciando de assuntos religiosos, o que permitiu o desenvolvimento de diversas correntes dentro do campo de pensamento teológico. A absorção de funcionários nativos da Pérsia e de Bizâncio, bem como de diversas outras partes do império criou uma simbiose entre os povos conquistados e o conquistador islâmico. Os califas Omíadas iniciaram a tradução de textos gregos, siríacos e persas para o árabe, fato que incentivou o interesse pela ciência, filosofia e literatura (PINTO, 2010). Essa mistura de povos e culturas começa a dar forma ao que posteriormente ficou conhecido como Mundo Muçulmano.

Seria mais justo dizer que os Omíadas se viram diante do problema administrar um grande Império, e portanto não puderam escapar aos compromissos do poder. Aos poucos, abandonaram o modo de vida de chefes tribais árabes e passaram a adotar aquele mais tradicional entre os soberanos do Oriente Próximo, recebendo os convidados ou súditos segundo os usos cerimoniais do imperador bizantino ou do rei iraniano (HOURANI, 2006, p.49).

A “institucionalização” do poder pelo califado Omíada, que transformou o monarca em um ser semidivino, absoluto e distante, somada as diferenças hierárquicas entre os árabes muçulmanos e os recém-convertidos, criou um apelo à busca da “pureza muçulmana” primordial (DEMANT, 2013, p.43). Em 740, os

descontentes novos muçulmanos se aliaram aos xiitas – que sempre constituíram um pensamento religioso que fazia oposição ao poder Omíada – na liderança de Abu al-Abbas, um parente distante do profeta. Ele derrota o califa e toma posse da maioria de seus territórios. Iniciava-se assim, a dinastia Abássida (750-1258). Apenas um dos herdeiros Omíadas consegue fugir e se refugiar na Espanha, onde um ramo dessa dinastia se manteve até 1031.

Apesar de ascender ao poder com o apoio dos xiitas, os Abássidas acabam adotando o sunismo, criando um governo que se tornou gradualmente mais centralizado do que o Omíada. Abu al-Abbas se torna o primeiro califa Abássida, enfrentando as dificuldades administrativas do imenso Império, tendo que conciliar os interesses dos diversos grupos. O novo califa tinha chegado ao poder através da ajuda de forças que tinham como único ponto em comum a oposição ao Omíadas. Abu al-Abbas acaba por se livrar daqueles que o ajudaram a chegar ao poder, assassinando muitos deles. O novo regime dava chances iguais a árabes e recém-convertidos não árabes, fato que pode ser constatado com o influxo de diversos persas nas elites do califado. Demant (2013) acredita que esse fato contribuiu para o deslocamento da capital de Síria para Bagdá, no atual Iraque.

(...) Houve conflitos na própria família; a princípio, membros dela foram nomeados governadores, mas alguns se tornaram poderosos demais, e no período de uma geração criou-se uma elite governante de altos funcionários. Alguns vinham de famílias iranianas com tradição de serviços públicos e recém-convertidos ao Islã, outros membros da casa do governante, alguns deles *escravos alforriados* (HOURANI, 2006, p. 58).

Nesse período, há uma estabilização nas fronteiras do império muçulmano, que na metade do século VIII, se situavam entre a Espanha e a Índia. Com o crescente número de conversões dentro das fronteiras, o número de pessoas que podiam ser escravizadas através das armas dentro das terras do Islã era cada vez menor. Os muçulmanos passaram a se abastecer de escravos vindos de terras cada vez mais distantes – terras de idólatras nas quais poderia comprar sem nenhuma restrição seus cativos. “As cidades árabes acolhiam escravos de toda parte, até mesmo da Índia, da China e do sudoeste da Ásia. O grosso vinha, no entanto, da Europa, das estepes asiáticas e da África” (COSTA E SILVA, 2002, p. 34).

Durante os dois primeiros séculos do governo Abássida, há uma prosperidade e um crescimento cultural sem precedentes que duram até o século X. Esta ficou conhecida como a época de ouro da civilização muçulmana.

Apesar de conflitos e revoltas ocasionais, o califado conseguiu em geral garantir uma prolongada época de paz interna, além de um mínimo de justiça e tolerância para com seus súditos. Esses fatores explicam a aceitação e satisfação com o Império, o mais poderoso e avançado do mundo em sua época (DEMANT, 2013, p. 43).

Apesar dos Abássidas continuarem oficialmente como senhores do Império, sua influência vai sendo reduzida a partir do século X, quando governantes locais se tornam gradualmente mais poderosos. O Auge da civilização muçulmana árabe vai lentamente desmoronando com a descentralização política. Era difícil controlar um império tão grande com meios de comunicação e transporte tão primitivos. O califa dependia de generais para governar as províncias distantes e coletar impostos. Com o passar do tempo e das gerações, esses governantes usam do próprio império para aumentar seu poder, não repassando os tributos ao califa. Demant (2013) vai chamar de “idade média árabe” o período de descentralização de poder no mundo muçulmano, que se divide em três califados, além de diversos governos locais que guardavam mais ou menos subserviência a cada um dos califas.

O que restou da dinastia Omíada derrotada pelos abássidas vivia na Espanha, conhecida como Al Andaluz, vai aos poucos se fortalecendo, adotando o título de califa a ‘Abu al-Rahman III (929-61). Pouco depois esse reinado se dissolve, criando vários reinos menores, como foi o caso da ascensão dos ex escravos berberes em duas dinastias, os Almorávidas (1056-1147) e os Almóadas (1130-1269).

Os Xiitas chegam ao poder através da dinastia fatímida¹⁵ (969-1171), se consolidando na Tunísia e expandindo para o Egito, onde fundam a cidade do Cairo. Reivindicaram o título de imã¹⁶ e califa, tornado seu califado um importante centro muçulmano. Mas tarde são sucedidos pelos aiúbidas (1169-1252), responsáveis, na figura de Salah al-Din (Saladino), pela reconquista de Jerusalém¹⁷ em 1187. Os aiúbidas também restauram o sunismo no Egito.

¹⁵ Nome que faz referência a Fátima, filha do Profeta.

¹⁶ No Xiismo, Imã é a autoridade suprema legítima da comunidade muçulmana.

¹⁷ Os cavaleiros cristãos, conhecidos como cruzados, tomaram a cidade de Jerusalém das mãos muçulmanas em 1099.

No século X, o califado desmoronou, e surgiram califados rivais no Egito e na Espanha, mas a unidade social e cultural que se desenvolvera em seu interior continuou. Grande parte da população tornou-se muçulmana, embora continuasse havendo comunidades judaicas e cristãs; a língua árabe difundiu-se e tornou-se o veículo de uma cultura que incorporava elementos e das tradições dos povos absorvidos no mundo muçulmano, e manifestava-se na literatura e em sistemas de lei, teologia e espiritualidade (HOURANI, 2006, p. 22).

Na verdade não havia mais um centro de poder muçulmano, e isso se dava em função das divisões ideológicas dentro do próprio Islã. Os abássidas se mantiveram no poder figurativamente, até meados do século XIII, quando o último califa abássida foi morto em 1258 na invasão mongol¹⁸ que destruiu Bagdá. Dois anos depois, os mongóis são derrotados pelos Mamelucos (1260-1517), sucessores dos Aiúbidas do Egito, que agora era o centro da economia e cultura muçulmana.

Algumas notas sobre a escravidão

A escravidão é indissociável da própria história da humanidade. Como qualquer relação social duradoura, ela tende a institucionalizar-se, criando e padronizando os procedimentos necessários à resolução de suas próprias contradições (PATTERSON, 2008). Grandes sociedades da antiguidade, como Egito, Grécia e Roma, utilizaram a escravidão com mais ou menos frequência e necessidade ao longo de suas histórias.

Ela (a escravidão) existe desde os primórdios da história da humanidade até o presente, tanto nas sociedades mais primitivas como nas mais civilizadas. Não há região alguma no planeta que, por um período de tempo, não tenha acolhido essa instituição. Provavelmente, não há um grupo de indivíduos cujos ancestrais não tenham sido escravos ou proprietários de escravos (PATTERSON, 2008, p.11).

Um dos pontos fundamentais no processo de escravização é o chamado “desenraizamento”. Este consiste na alienação compulsória do cativo, levando-o para um local distante geograficamente e culturalmente do seu, de modo a perder qualquer laço de parentesco com os outros indivíduos de sua terra natal. O escravo se tornava assim um ser impotente, vivendo em um lugar onde ele não tinha relações com ninguém, não conhecia a cultura nem a língua nativa. Em muitos casos, nem mesmo era considerado um ser humano, mas sim um bem que pode ser vendido e comprado. Justamente por isso, o preço do escravo era muito mais alto quando ele

¹⁸ Os mongóis são povos originários do extremo Oriente. Começaram uma onda de invasões no século XIII sob a liderança de Genghis Khan. A destruição de Bagdá acontece, porém, através seu neto, Hulagu.

provinha de terras longínquas: fora o fato de ser necessário cobrir os custos de uma viagem mais longa, era muito mais difícil que um cativo trazido de longe pudesse fugir e voltar a reunir-se aos seus. Isso fazia com que o processo de “desenraizamento” pudesse ser completado com mais facilidade.

Um dos grandes fatores que contribuiu para a impotência do escravo foi o entendimento atemporal de que a condição de cativo surgiria como alternativa à morte. “Arquetipicamente, a escravidão era um substituto à morte na guerra. Mas frequentemente a morte substituía uma punição por alguma ofensa capital, ou a morte por exposição ou fome.” (PATTERSON, 2008, p.24). A vida do escravo estava nas mãos do senhor, que concedia a continuação dela em troca da submissão completa. Porém, a condição de escravo não eliminava a possibilidade de morte. Apenas enquanto o escravo concordasse com sua impotência, a execução seria suspensa.

O conceito de “desenraizamento” cria a figura de um ser/objeto que não tem existência socialmente reconhecida fora do domínio de seu senhor, o que o transforma em uma não pessoa. O cativo desenraizado sofre, segundo Patterson (2008), uma “morte social”: vive apenas através do seu senhor e para ele, dependendo desse para tudo.

Escravidão nas terras do Islã

A escravidão foi peça fundamental no desenvolvimento e expansão do Islã, ajudando a concentrar e manter o poder da elite muçulmana. No entanto, é preciso salientar que essa força de trabalho não era a base da economia: “em muitas das mais importantes sociedades com escravos, especialmente aquelas do mundo islâmico, os escravos nada produziam e eram economicamente dependentes de seus senhores ou dos dependentes não escravos dos senhores” (PATTERSON, 2008, p.32). Para Demant, “a importação dos escravos constituía uma das bases comerciais da economia dos impérios árabes, ao lado de outros produtos como alimento, animais e madeiras, além da exportação de têxteis” (2013, p. 147).

À medida que crescia a demanda por escravos, os sistemas de tráfico aumentaram tanto em complexidade organizacional como nas distâncias entre áreas de recrutamento e áreas de utilização. A ascensão do Islã intensificou o comércio de escravos - dando-lhe uma proporção jamais vista - com rotas que cortavam todo o

mundo muçulmano. Patterson (2008) afirma que o número total de pessoas adquiridas no Mundo Muçulmano através do comércio é muito maior do que o número de escravos traficados para as Américas pelos europeus, ressaltando que o ritmo de aquisição muçulmano foi muito mais lento e mais bem distribuído ao longo dos séculos do que o europeu.

Havia duas formas principais de alimentar o mercado de escravos: presos de guerras, cujo número foi aumentando simultaneamente a expansão do império, e a compra através de povos intermediários em terras fronteiriças.

Durante a época de ouro, três zonas em particular foram cruciais para o abastecimento de escravos no Mundo Muçulmano: 1) eslavos pagãos, trazidos por vikings¹⁹ através dos grandes rios da Rússia ou da Europa Central por mercadores judaicos através de Veneza para Bizâncio e depois para o império Árabe; 2) povos das estepes da Ásia Central, vendidos por intermediário de Estados traficantes (os turcos, em particular, eram apreciados para o uso militar); e 3) africanos do País dos Negros (DEMANT, 2013, p. 147).

Diferentemente do mundo greco-romano, a economia primária do mundo muçulmano não estava assentada no escravo. Eram poucos os proprietários rurais que podiam ter escravos, e os que tinham trabalhavam lado a lado com seus escravos (COSTA E SILVA, 2002). “A agricultura dependia em grande parte de camponeses livres ou semi-livres, e as indústrias de artesãos livres” (LEWIS, 1996, p. 190). Escravos trabalhavam o barro, as fibras, o couro, os metais. Cuidavam dos jardins e das hortas, dos camelos e cavalos. Acompanhavam seus senhores nas batalhas; mais tarde, combateram como soldados (COSTA E SILVA, 2002).

A categoria legal da escravidão incluía muitos grupos sociais diferentes. Alguns escravos trabalhavam em funções agrícolas, em minas de ouro e de sal, ou em obras públicas. Desde as primeiras décadas do Islã, escravos – na maioria, negros vindos da África Oriental – eram usados na baixa mesopotâmia para drenar os pântanos salinos e transformá-los em terras cultiváveis. Viviam fora das conformidades impostas pela Sharia ao trato de escravos: eram mal abrigados, mal vestidos, mal alimentados e trabalhavam de maneira extenuante. Esses escravos negros, conhecidos como zanjés, organizaram diversas rebeliões entre os séculos VII e IX. “Essa guerra dos zanjés foi mais do que um levante de escravos. Foi uma

¹⁹ Os vikings vendiam escravos escandinavos, celtas e eslavos aos muçulmanos. “Há ainda evidências de que havia algum movimento de escravos do sul para o norte, pois ‘os homens azuis’ que apareceram na Irlanda em 859 d.C. eram possivelmente escravos africanos, levados para lá da Arábia ou de outra parte do Mundo Muçulmano pelos intrépidos vikings” (PATTERSON, 2008, 226).

guerra civil entre muçulmanos, uma revolução antiabássida, tendo por meta substituir a cabeça do Islã, pôr no comando dos fieis um novo califa” (COSTA E SILVA, 2002, P. 46). O interessante nesses levantes é que a intenção desses escravos não era calcada em princípios de liberdade e igualdade, visto que os zanjês, após se rebelarem contra seus senhores, fizeram e tiveram cativos. Os rebeldes queriam mudar seus *status* de escravos, reclamando o tratamento que havia sido estabelecido por Deus e estava expresso no Alcorão. Esses ex-escravos buscavam, na verdade, um retorno à retidão islâmica atribuída aos quatro primeiros califas.

No entanto, os escravos tinham funções domésticas na maior parte das vezes:

Serviam em palácios e residências, lojas e mercados, santuários e mesquitas e eram principalmente de origem africana. Muitos desses escravos eram mulheres, servindo como concubinas ou criadas domésticas nas cidades. Escravas de todas as origens étnicas eram compradas em grande número para os haréns do mundo islâmico – como concubinas ou criadas, e nem sempre as duas funções eram claramente diferenciadas (LEWIS, 1996, p. 191).

Apesar de o alcorão restringir o muçulmano a apenas quatro esposas, ele permite que o senhor se relacione sexualmente com suas cativas: “(...) Desposai quantas mulheres quiserdes; duas ou três ou quatro. Contudo, se não puderdes manter igualmente entre elas, então desposai uma só ou limitai-vos às cativas que por direito possuís (...)” (Alcorão, IV, 03). Cativas que viviam como concubinas podiam ser vendidas, embora isso acontecesse raramente. Porém, caso a mesma tivesse um filho com seu senhor, ela não poderia mais ser vendida. A criança fruto dessa relação nascia automaticamente livre na maioria das vezes.

Era fácil para os homens na maioria das sociedades pré-capitalistas identificarem o *status* das escravas com os das concubinas livres ou esposas inferiores. (...) A manumissão de escravas, e coabitação com as mesmas, não eram apenas permitidas, mas vivamente incentivadas no Islã. Escravas e concubinas eram as únicas mulheres com as quais um muçulmano poderia ter relações sexuais antes ou fora do casamento (...). Quando seu senhor morria, tais mulheres eram costumeiramente libertadas. Todas as crianças nascidas de um concubinato legal eram legítimas e geralmente herdavam da mesma forma que as crianças nascidas do casamento (PATTERSON, 2008, p. 324).

Houve alguns casos em que a concubina livre e seus filhos livres foram parte importante da história islâmica. Os filhos dessas concubinas geralmente obtinham considerável *status* na hierarquia do império, chegando a se tornar governantes.

“Muitos governantes islâmicos eram filhos de concubinas escravas, e o curso da história islâmica foi decisivamente influenciado por este padrão de manumissão” (PATTERSON, 2008, p. 325).

As escravas domésticas de ricos senhores podiam ser treinadas desde pequenas como artistas: dançarinas, musicistas ou cantoras. Meninas escravas poderiam receber educação, chegando algumas poucas a ocupar um lugar de respeito na história literária (LEWIS, 1996).

No período pré-islâmico, e até durante seus primeiros anos, a captura de mulheres era preferida a de homens. As funções do escravo eram basicamente a de criados domésticos e concubinas, o que justifica essa prática. Porém, com a ascensão dos Estados islâmicos, foi feito um esforço crescente para capturar tanto homens como mulheres para, respectivamente, suprir os exércitos e reforçar a força de trabalho. Essa lógica perdurou até o século IX, com a estabilização das fronteiras do Império, o que trouxe de volta a velha prática de se preferir mulheres aos homens.

Povos turcos e da Ásia Central foram escravizados e utilizados nos exércitos durante a dinastia omíada, mas foi no período abássida que essa prática assumiu sua forma final. Com a crescente descentralização política no século X, escravos masculinos começaram a ser incorporados nos exércitos. Muitos governantes regionais não tinham o apoio de seus governados, que não o reconheciam como legítimos. Assim, aqueles buscavam se escorar em um exército que lhes fosse pessoalmente fiel e que não tivesse ligações com a gente da terra (COSTA E SILVA, 2002). “Os escravos militares foram intensamente empregados como guardiões e soldados, sendo considerados mais leais aos sultões do que sua própria aristocracia guerreira” (DEMANT, 2013, p. 147). Esses escravos militares eram conhecidos como “mamelucos”, obtendo muito poder político depois de alforriados, algumas vezes fundando suas próprias dinastias. O exemplo mais flagrante foi o da dinastia Mameluca, que governou o Egito e a Síria de 1250 a 1517, formada por escravos turcos. Eles ascenderam ao poder no período das invasões mongólicas, derrotando o invasor que havia posto fim à dinastia Abássida em Bagdá.

Os mongóis tentaram marchar para oeste, mas foram detidos na Síria por um exército do Egito, formado por escravos militares (mamelucos), trazidos para o país pelos aiúbidas. Os chefes desse exército depuseram os aiúbidas e formaram uma autoperpetuante elite militar, oriunda do Cáucaso e da Ásia Central, que continuou a governar o Egito por mais dois séculos;

também governou a Síria a partir de 1260, e controlou as cidades santas na Arábia Ocidental (HOURANI, 2006, p. 122).

Um chefe que desejasse ser soberano de alguma região recrutava soldados fora de sua sociedade ou em terras distantes, de forma que os interesses desses estivessem ligados aos do pretense exército daquele. Logo que o objetivo era alcançado, o exército perdia a coesão ou passava a adquirir interesses próprios. O governante tendia então a substituí-lo por outro exército ou séquito de dependentes pessoais trazidos de fora das fronteiras da região dominada. Esses militares escravos ou libertos eram originários do Cáucaso e da Ásia Central, do Magreb, de Andaluz e das terras dos Eslavos.

Os soldados treinados em sua casa eram encarados como seus mamelucos, ou escravos, num sentido que não implicava degradação pessoal, mas a fusão de suas personalidades e interesses nos do senhor. Com o tempo, o novo soberano podia emergir de dentro do exército ou casa e fundar uma nova dinastia (HOURANI, 2006, p. 281).

Os escravos mamelucos, portanto, formavam uma categoria distinta, dificilmente tendo o mesmo *status* da maioria dos outros cativos. Os chamados escravos *ghilman* eram soldados jovens criados desde pequenos pelo seu senhor, o que gerava fortes laços pessoais entre eles. O uso desses escravos já era bem difundido durante os primeiros anos do Islã, usados como guardas e serviçais para toda a elite árabe. Porém, tornaram-se um poder autônomo durante o califado. “Não apenas depunham e entronavam califas, mas tinham um papel de liderança na política” (PATTERSON, 2008, p. 426). O processo de forja de um *ghilman* começava com

o recrutamento de estrangeiros, sua conversão ao Islã, um rigoroso treinamento em academias militares e uma eventual passagem ou graduação no exército ou em outras posições de alto status nos ramos executivo e administrativo de suas respectivas entidades políticas. Pode-se afirmar que os *ghilman* eram, acima de tudo, pessoas honradas e poderosas (PATTERSON, 2008, p. 427).

Desde o período omíada, existia uma política deliberada de utilizar pessoas desenraizadas, livres ou não, para ocupar posições de elite. Contudo, é no período abássida que podemos perceber uma maior penetração de grupos não árabes na administração pública. Os persas livres foram os primeiros a galgar altos cargos no

califado, porém um conflito entre eles e os turcos étnicos da Transoxiana²⁰ fez com que os turcos desenraizados saíssem triunfantes. O califa preferia utilizar os mamelucos turcos aos estrangeiros livres ou mesmo aos seus companheiros árabes, pois a noção de honra era altamente desenvolvida entre eles. O califa não poderia colocar seu irmão árabe como subordinado, mesmo que em altos cargos, com o risco de humilhar aquele que era seu igual. O governante precisava de pessoas que pudessem servi-lo tanto nas funções mais altas quanto naquelas que atendessem seus desejos de maneira leal e subalterna. Além do problema da honra, havia a forte crença de que uma pessoa desenraizada, não tendo nenhum ponto de apoio em sua nova sociedade que não fosse o seu senhor, estaria mais inclinada a lhe ser leal. Isso, de fato, acontecia e muitas vezes, mesmo depois de liberto, o ex-escravo mantinha fortes vínculos com aquele que tinha sido seu senhor. “Em todas as categorias de desigualdade social existia também um status intermediário (...). Entre o livre e o escravo havia o Liberto – o ex-escravo que, embora legalmente livre, ainda devia certos deveres e obrigações ao antigo senhor que o libertou.” (LEWIS, 1996, p. 188). O homem liberto tinha que pertencer a alguma família ou tribo, não podendo ficar sem laços na sociedade. Ele era constrangido a se vincular aos ex-senhores como cliente, o que na prática fazia com que continuasse trabalhando para seus ex-donos. A relação entre um *ghulam*²¹ e seu senhor se ajustava perfeitamente a esses preceitos, criando fortes vínculos familiares e de lealdade que perduravam por toda a vida.

Os *guilman*, ao contrário dos clientes, eram, em termos culturais, pessoas socialmente mortas. Não tendo existência autônoma com relação a seus senhores, eram tanto temidos como malvistas: temidos porque eram identificados com o todo-poderoso sultão²² ou califa que uma injúria a eles fosse tomada como uma ofensa aos governantes; malvistas porque não tinham posição como seres humanos independentes, e não possuíam raízes nas famílias que criavam os impérios (PATTERSON, 2008, p. 432).

A maneira encontrada para evitar que estes escravos *guilman* formassem dinastias através da transmissão de *status* a seus filhos era a castração. Apesar de ser muito difundida a imagem do eunuco como guardião protetor dos haréns, eles

²⁰ Denominação obsoleta para uma região da Ásia Central correspondente aos atuais Uzbequistão, Tadjiquistão e sudoeste do Cazaquistão. Geograficamente, localiza-se entre os rios Amu Dária e Sir Dária.

²¹ Singular de *guilman*.

²² Sultão é um título que apresentou diferentes significados ao longo da história islâmica. Neste caso, refere-se a um governador provincial poderoso dentro do califado.

tiveram um importante papel na vida política, administrativa e, às vezes, até militar no Mundo Muçulmano. Não é por acaso que os mais bem sucedidos *ghilman* eram eunucos. Alguns escravos chegaram a se submeter voluntariamente à castração para obter uma promoção. Outro fator é que o homossexualismo era quase uma regra entre os *ghilman* por todo o mundo islâmico (PATTERSON, 2008). A castração era proibida pela Sharia, logo os eunucos tinham que ser adquiridos ou “fabricados” fora das terras do Islã. “A fim de atender à demanda, desenvolveram-se centros produtores de castração na periferia do Mundo Muçulmano” (COSTA E SILVA, 2002, p. 34). Os eunucos vinham de várias regiões fronteiriças - muitos eram trazidos da Etiópia que, desde os tempos antigos, tem reputação de ser a principal fonte mundial de eunucos.

Muito possivelmente sob influência bizantina, a corte dos líderes muçulmanos desde cedo teve um corpo organizado de eunuco. Um eunuco negro de nome Kafur tornou-se senhor tanto do Egito como da Síria durante o século X; muitos generais eunucos brancos lideraram o ataque muçulmano aos bizantinos, e num confronto em 919 d.C. os almirantes que comandavam as frotas fatímidas e bizantinas eram eunucos. Os corpos de eunucos constituíam a principal força dos fatímidas; um deles atuou certa vez como regente do império, e muitos outros se envolveram nos numerosos complôs e contracomplôs que assolaram o sistema (PATTERSON, 2002, p. 436).

Escravos foram lembrados por desenvolverem funções importantes na corte, na administração e no exército. Alguns foram generais, vizires (ministros), cadires (Juizes) e ulemás²³. Muitos deles foram tão competentes que conseguiram derrubar o próprio senhor e assumir o seu lugar. É importante ressaltar, no entanto, que esses exemplos representam a minoria do total de escravos no Mundo Muçulmano. O poder desses indivíduos era efêmero e provinha, não deles mesmos, mas de seu forte vínculo com o soberano. Mesmo ocupando cargos de alta importância, eles eram escravos – de elite, mas ainda escravos. O significado estrutural do seu papel era idêntico – apesar de ser diferente no conteúdo – ao de um simples escravo rural.

Conclusão

A escravidão não era somente permitida, mas regulamentada pela lei islâmica. Segundo essa lei, o escravo não tinha os mesmos direitos legais que um homem livre, mas a Sharia orientava que fosse tratado com bondade, sendo um ato louvável libertá-lo, uma vez convertido ao Islã. O muçulmano que nascia livre não

²³ Especialistas em questões religiosas e jurídicas.

podia ser escravizado: apenas o infiel poderia ser reduzido a essa condição, assim como seus descendentes. O senhor poderia ter uma relação estreita com seu escravo, muitas vezes perdurando mesmo depois que o cativo fosse liberto. “A divisão vertical da população urbana em termos de riqueza e respeito social era cruzada por outros tipos de divisão: entre escravos e livres, muçulmanos e não muçulmanos, homens e mulheres” (HOURANI, 2006, p. 162).

É importante nos atentarmos, porém, para a diferença entre ideologia e prática na escravidão no Mundo Muçulmano. Embora legalmente não fosse permitido escravizar muçulmanos, essa regra foi quebrada em alguns momentos, principalmente em reinos africanos e indianos, conforme fosse conveniente para o soberano. Há também diversos relatos de maus tratos a escravos, principalmente àqueles que trabalhavam nas minas de sal e de ouro, e na drenagem dos pântanos na baixa mesopotâmia.

“A influência humanizadora dos ensinamentos islâmicos foi de certa maneira atenuada por dois outros fenômenos – a influência dos costumes romano e persa que os árabes encontraram nas províncias conquistadas e, talvez ainda mais, pelo rápido aumento do número de escravos adquiridos por conquista, tributo e compra” (LEWIS, 1996, p. 189).

Existiam muitas categorias de escravos: a maioria deles tinha serventia doméstica nas cidades; alguns poucos eram escravos agrícolas, muitos outros foram recrutados nos exércitos e na administração pública; alguns chegaram a altos cargos burocráticos ou militares – o que acaba com a falsa premissa de que a escravidão supõe uma baixa condição social. Escravos compunham os haréns de ricos senhores, muitos foram criados desde pequenos nas casas de seus proprietários, recebendo educação ou sendo treinados nas artes. Outros chegaram a destonar o seu senhor e a fundar suas próprias dinastias.

Apesar deste trabalho não abordar diretamente este tema, devemos mencionar que a concepção de diferença nas sociedades muçulmanas teoricamente se baseava na religião. No entanto, há fortes indícios de que havia um caráter racista em seu pensamento social e religioso, destacando funções específicas para raças distintas.

Mesmo sendo uma importante engrenagem, a escravidão estava sujeita a lógicas que a restringiam e regulamentavam. A Sharia não permitia a escravização de judeus e cristãos – que existiam em grande quantidade nas terras anexadas –

além de muçulmanos, que só cresciam em número devido às conversões dentro dos territórios do império. Isso fazia com que os cativos tivessem que ser trazidos cada vez de mais longe. Soma-se a essa dificuldade o crescente número de manumissões de escravos devido à tradição associada ao *zakat*, que encorajava os senhores a libertar seus escravos como forma de praticar caridade, especialmente durante o mês sagrado do *Ramadã*²⁴. A necessidade crescente de escravos para manter a estrutura do califado se chocou com a dificuldade cada vez maior em obtê-los. A partir do século XI, o abastecimento de cativos diminuiu, contribuindo para a descentralização política do califado. “A crise escravocrata daí decorrente foi, sem dúvida, um dos fatores do enfraquecimento do Mundo Muçulmano na Idade Média médio-oriental” (DEMANT, 2013, p. 147).

É inegável que os escravos foram um importante elemento na formação dos impérios islâmicos. Sem sua força de trabalho, seria impossível para a elite árabe expandir e manter os Estados islâmicos. A efervescência cultural que transformou a cultura árabe, agregando aspectos de diversas culturas, formou o que conhecemos hoje como Mundo Muçulmano. Os escravos foram elementos condutores nessa transformação, desempenhando papéis que iam além da política e do exército, contribuindo enormemente na administração pública, religião, música, poesia, artesanato, gramática e conhecimentos gerais.

²⁴ Este foi o mês em que o profeta recebeu as primeiras revelações do anjo. O mês do *Ramadã* varia no calendário solar, visto que os muçulmanos utilizam o calendário lunar, que tem menos dias.

Referências bibliográficas

- Alcorão**. Tradução de Mansur Chalita. 5ª edição. Rio de Janeiro, BestBolso, 2012.
- CAIRUS, José. **Instrumentum vocale, mallams e alufás: O paradoxo islâmico da erudição na diáspora africana no Atlântico**. Rio de Janeiro, Topoi, março 2003. Disponível em: <http://www.revistatopoi.org/numeros_anteriores/Topoi06/topoi6a5.pdf>. Acesso em 11 de setembro de 2013.
- DEMANT, Peter. **O Mundo Muçulmano**. 3ª edição. São Paulo, Contexto, 2013.
- COSTA E SILVA, Alberto da. **Nas terras do Islame**. In: **A Manilha e o Libambo**. 1ª edição. Nova Fronteira, 2002.
- EL HAMEL, Chouki. **Raça, escravidão e Islã no Marrocos**. Afro-Ásia, Salvador, n° 31, 2004. Disponível em: <http://www.afroasia.ufba.br/pdf/31_13_raca.PDF>. Acesso em 11 de Setembro de 2013.
- HOURANI, Albert. **Uma história dos povos árabes**. São Paulo, Companhia das letras, 2006.
- LEWIS, Bernard. **O Oriente Médio: do advento do cristianismo aos dias de hoje**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1996.
- PATTERSON, Orlando. **Escravidão e morte social: um estudo comparativo**. São Paulo, Edusp, 2008.
- PINTO, Paulo Gabriel Hilu da Rocha. **Islã: Religião e Civilização**. Aparecida, Santuário, 2010.
- WARNER, Bill. **Lei Islâmica (Sharia) para os não muçulmanos**. CSPI, 2010. Disponível em<http://www.politicalislam.com/pdf/WebSitePDF/Sharia_para_os_Nao-Muculmanos.pdf>. Acesso em 11 de setembro de 2013.